



Reforma administrativa ataca direitos dos servidores

Apesar do discurso, alto escalão do funcionalismo manterá os privilégios

Que o serviço público precisa de melhorias ninguém discorda, mas nem sempre o que é vendido como "reforma" corresponde a avanços. Nos últimos dias, o governo apresentou uma proposta de reforma administrativa que, em tese, pretende reduzir gastos com pessoal. Ela proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, abre caminho para o fim da estabilidade e aparentemente impõe mais rigidez nas avaliações de desempenho, além de propor a redução do número de carreiras.

Apesar de falar em mudanças nos três Poderes, a reforma não atinge juízes, procuradores, promotores, deputados e senadores, os mais altos salários do País. Nas carreiras típicas de estado, como diplomatas, militares e auditores fiscais, a regra será

semelhante a atual.

Para o restante dos servidores concursados, haverá um contrato de trabalho por tempo indeterminado, com estabilidade mais flexível. Se a futura PEC (Proposta de Emenda Constitucional) for aprovada, o governo poderá fazer desligamentos por conta de restrições fiscais, por exemplo, e também remanejar para outras áreas quando considerar que há mais necessidade.

A PEC prevê ainda que haverá servidores sem estabilidade, ou seja, o governo poderá contratar por prazo indeterminado. O fim da estabilidade coloca em risco a atuação dos servidores, que ficariam mais vulneráveis a pressões políticas, em especial os profissionais que atuam em fiscalização, e a qualidade dos serviços prestados a população.



O QUE ESPERAR PARA O FUTURO?

Imagine um futuro com o seguinte cenário em Santa Bárbara d'Oeste: a cada quatro anos o prefeito eleito troca de imediato praticamente todos os servidores por interesses políticos. Os professores que educam seus filhos na rede municipal, os profissionais de saúde que lhe atendem nos postos e muitos outros, todos eles substituídos com base em conchavos eleitoreiros. Para evitar esse cenário sombrio, é preciso dizer "não" a esse retrocesso disfarçado de reforma.

Concursado:

- Conhecimento comprovado via concurso público
- Estável somente após três anos com avaliação de desempenho
- Grande empecilho para políticos corruptos acomodarem aliados
- Com a estabilidade, pode fazer seu trabalho e fiscalizar o poder público sem medo de retaliações

Comissionado:

- Entra por indicação do político, sem conhecimento comprovado
- Exerce cargo de chefia na administração pública
- Ganha até 4 vezes mais que um concursado
- Pode ser trocado conforme interesse dos políticos

Inflação dos alimentos dispara e corrói poder de compra

IPCA acumula 2,44% em 12 meses enquanto governo congela salários

Além do sofrimento causado pelas demissões e cortes salariais durante a pandemia, os trabalhadores brasileiros estão tendo que enfrentar a redução no seu poder de compra. Com a disparada no preço dos alimentos e o aumento nos índices inflacionários, os salários estão perdendo valor a cada dia. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 0,24% em agosto, na maior taxa para o mês desde 2016, segundo o IBGE. No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação já atinge 2,44%.

Dos nove grupos que compõem o IPCA, índice oficial de inflação, seis tiveram alta. Destaque para Transportes, que subiu 0,82% e teve impacto de 0,16 ponto percentual na taxa do mês. Com aumento de 0,78%, Alimentação e Bebidas contribuiu com 0,15 ponto.

A pesquisa mensal do preço da cesta básica, realizada pelo DIEESE em 17 capitais, também registrou o

expressivo crescimento no custo da alimentação. Os dados divulgados no dia 4 de setembro mostram que os produtos mais básicos para o dia a dia do brasileiro aumentaram muito acima da inflação. Em 12 meses, a cesta sobe 12,15% em São Paulo, por exemplo. A alta chega a 14,61% no Rio de Janeiro, a 19,18% em Belo Horizonte, 20,97% em Goiânia e a 21,44% em Recife.

Entre as razões para o aumento nos preços dos alimentos, estão a desvalorização do real e o aumento da demanda internacional, com elevação das exportações de alimentos e produtos referenciados em dólar, como arroz e óleo de soja. Resumindo, grandes produtores rurais estão dando preferência à exportação, deixando o mercado interno menos abastecido. Esse impacto é mais uma demonstração da importância da agricultura familiar.

Em meio ao expressivo aumento no custo de vida, o governo Bolsonaro



anuncia orgulhoso o congelamento nos salários dos servidores públicos. Mostrando total falta de sensibilidade com milhões de famílias brasileiras, o governo joga a conta da crise nas costas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, que assistem sua remuneração sendo defasada.




A única ferramenta para contornar essa situação e garantir o poder de compra é a negociação coletiva, promovida a cada ano pelos sindicatos. Se você ainda acha que as campanhas salariais não têm impacto no seu cotidiano, analise os dados acima e reflita sobre a importância desse processo. Somente com a participação ativa dos profissionais nas negociações salariais, apoiando seus sindicatos, será possível reverter mais esse ciclo de ataques e retrocessos.

ALIMENTOS COM ALTA EXPRESSIVA

- Arroz: 19,25%
- Óleo de soja: 18,63%
- Leite longa vida: 22,99%
- Feijão-preto: 28,9%
- Cebola: 50,40%
- Abobrinha: 46,87%
- Limão: 36,56%
- Manga: 61,63%
- Morango: 31,99%

Fonte: IBGE

TAXAS DE VARIAÇÃO POR GRUPOS

-  Alimentação e Bebidas: 0,78%
-  Habitação: 0,36%
-  Artigos de Residência: 0,56%
-  Vestuário: -0,78%
-  Transportes: 0,82%
-  Saúde e Cuidados Pessoais: 0,50%
-  Despesas Pessoais: -0,01%
-  Comunicação: 0,67%